

HISTÓRIA IMEDIATA E MARXISMO

Gilberto Calil¹

Este trabalho tem como objetivo principal argumentar em torno da importância da reflexão sobre a chamada “História Imediata”, em particular para os historiadores que se situam no campo do marxismo. Em especial busca chamar atenção para as implicações políticas das narrativas correntemente produzidas pelos meios de comunicação de massa em seu tratamento dos processos sociais em curso no mundo contemporâneo, bem como para a necessidade de intervenção dos historiadores visando produzir análises e interpretações pautadas pelo objetivo de reinserir estes processos nos marcos mais gerais que lhes dão inteligibilidade, relacionando-os, particularmente, ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes.

O que é História Imediata?

A reflexão e debate teórico em torno da constituição do campo da História Imediata é bastante incipiente, sendo seu reconhecimento ainda controvertido no meio historiográfico. A chamada “História do Tempo Presente” já atinge estatuto de reconhecimento mais amplo, embora ainda careça de definição precisa, oscilando entre definições que a define seja como “tratando do período posterior a 1945”, seja “pela presença do historiador em seu tema”, seja por pela indicação arbitrária de um marco cronológico, como “ou últimos 50 ou 60 anos”, em oposição à “história próxima” que abarcaria os “últimos 30 anos”.² Tétard e Chauveau proclamam que o valor científico da História do Tempo Presente é “doravante incontestável”, mas são muito mais cautelosos no que se refere à História Imediata: “A história imediata é a que mais suscita desconfiança, pois é a que parece engendrar o maior paradoxo fazendo rimar dois termos contraditórios: imediato e história. Pode-se falar de uma história do imediato? Esta história é legítima? O fator cronológico não é nem suficiente, nem satisfatório para embasar uma definição de história imediata. Percebe-se a dificuldade quando se quer especificar com precisão o espaço cronológico que cobre o imediato. E caso se faça uma escolha, ela logo parece arbitrária. A noção é obstinadamente fluida: algumas horas? Algumas semanas? Alguns anos? Parece que pode ser tudo isso ao mesmo tempo. (...) Se nos restringirmos a essa visão das coisas, a história imediata não existe.. (...) De fato, o procedimento da história imediata é mais parecido com as técnicas jornalísticas do que com as da ciência histórica”.³ Parece-nos, ao contrário, que o “caráter arbitrário” do estabelecimento de marcos cronológicos atinge igualmente a “doravante incontestável” História do Tempo Presente e que o termo História Imediata retém, ao menos, um elemento importante que precisa a natureza dos processos

sociais que investiga: trata-se de processos em curso, cujo desfecho ainda não é conhecido, o que impõe ao historiador uma série de cuidados metodológicos. Torna necessário que se produza uma interpretação em aberto, que trabalhe com cenários possíveis, sempre correndo conscientemente o risco de ser rapidamente superada pelos eventos que se sucedam. Este “problema”, por outro lado, coloca uma questão interessante, na medida em que minimiza o risco de produção de uma interpretação que pressuponha que o desfecho de um determinado processo já estava determinado desde seu início, minimizando a importância de todos os elementos que apontem em outro sentido. Trabalhar com eventos contemporâneos nos termos que o faz a grande imprensa – com juízos arbitrários e previsões de desdobramentos futuros carregadas de preconceitos ideológicos – seria certamente muito arriscado (além de inútil, já que esta é exatamente uma das funções dos grandes meios de comunicação de massa monopolizados). O que se propõe, no entanto, é bastante distinto, na medida em que tem como pressuposto básico a reinserção dos eventos a serem analisados no processo histórico mais amplo, o que distingue claramente a História Imediata do jornalismo, em termos teóricos e metodológicos.

Na realidade a produção de interpretações histórica acerca de eventos em curso, nos termos que defendemos (ou seja, reinserindo os em sua historicidade própria), não é exatamente uma novidade, estando presente mesmo em bons trabalhos jornalísticos. Pode-se citar algumas obras clássicas produzidas no “calor dos acontecimentos”, cuja interpretação, pelo rigor analítico e metodológico permanece, no mínimo, merecedora de respeito e debate. Possivelmente a mais evidente obra nesta situação seja *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*,⁴ na qual Marx analisa o golpe de Estado conduzido por Luis Bonaparte na França em dezembro de 1851 analisando a intervenção dos distintos grupos políticos a partir de sua relação com as diferentes classes sociais e frações de classe. Poucos anos depois, logo após o esmagamento militar à insurreição parisiense, veio a público a interpretação produzida por Prosper Olivier Lissagaray sobre a Comuna de Paris.⁵ Vale menção ainda a interpretação heterodoxa sobre o fascismo produzida por Wilhelm Reich e publicada ainda em 1933⁶, polemizando com as interpretações mecanicistas dos teóricos da Internacional Comunista e problematizando a adesão da pequena burguesia ao nazismo. Tais obras, assim como inúmeras outras que poderiam ser citadas, têm em comum o fato de não terem sido produzidas por historiadores profissionais, bem como não terem sido vistas como trabalhos de “História”. Acreditamos, ao contrário, que, em sua problematização, em seus procedimentos metodológicos, configuram-se claramente como trabalhos históricos.

História Imediata em tempos de neoliberalismo e pensamento único

A retomada da História Imediata em anos recentes e sua difusão no meio historiográfico se dão em um contexto preciso, marcado pela afirmação do neoliberalismo, esboçado nas ditaduras militares dos anos 70, aprofundado no contexto dos governos Reagan e Thatcher nos anos 80 e imposto de maneira generalizada na década de 1990 em todos os continentes,⁷ e também a Ideologia do Pensamento único *“espécie de doutrina viscosa que, insensivelmente, envolve qualquer consideração rebelde, a inibe, a perturba, a paraliza, e acaba por afastá-la”*.⁸ Dentre suas principais características, destaca-se o determinismo econômico, a concepção do mercado como um ente acima da sociedade, a caracterização da globalização como um processo novo,⁹ natural, irreversível e com rumo único, a exaltação da concorrência, da competitividade e do individualismo, a defesa do livre comércio sem limites, a identificação entre progresso e transnacionalização, e identificação entre “Estado mínimo” e “modernidade”, a mitologia da estabilidade financeira, da “moeda forte” e das privatizações, a negação de todos os direitos sociais pelo individualismo, a ideologia do fim das ideologias, do fim da luta de classes e do fim da história e, portanto, a tese da impossibilidade de organização coletiva e de mudança dos rumos da história. Parece evidente que esta ideologia tem como elemento central indissociável seu caráter anti-histórico, simbolizado na tese de Fukuyama acerca do “fim da História”, mas disseminada nos diversos elementos que a constituem. Desta forma, a reinserção de eventos sociais em curso no processo histórico mais amplo – que propomos que constitua a identidade da História Imediata – ataca frontalmente a ideologia do pensamento único, na medida em que evidencia a permanência da história, dos conflitos sociais, da crise do capitalismo, dos conflitos interimperialistas, da perspectiva revolucionária.

História Imediata e Jornalismo

A análise jornalística usual, determinada pela brutal monopolização dos meios de comunicação de massa, utiliza-se de diversos instrumentos através dos quais deshistoriciza os eventos. De acordo com Rodrigues, geralmente o evento é apresentado como inevitável, é dissociado de seus antecedentes e de seu contexto, é “analisado” em escala local, sem referência à contextos mais amplos e é dissociado de sua relação com o desenvolvimento do capitalismo neoliberal.¹⁰ Assim, como aponta Galeano, *“Cada fato está dissociado dos demais, divorciado de seu próprio passado e do passado dos demais”*.¹¹ Assim, a conclusão óbvia a que é levado o leitor é que as guerras, conflitos, bombardeios ou greves ocorrem sem motivo, não se inserem em um processo histórico, não tem qualquer sentido que transcenda o próprio fato em si. A hiperinformação propiciada pelos avanços tecnológicos, com a atualização das notícias

minuto a minuto, impede o aprofundamento da reflexão e inviabiliza que a “informação” seja questionada, aprofundada, analisada e, portanto, que os processos sociais sejam compreendidos. Toda a veiculação de informações tem o “pressuposto oculto” de que os fatos tem uma intelegibilidade própria, que se explicam por si mesmos. Neste sentido, a superinformação associa-se diretamente a subinformação, produzindo-se um conhecimento fragmentado, não sistematizado e banalizado, pois os elementos necessários para sua compreensão crítica permanecem sempre ausentes. Nas palavras de Galeano, *“Nunca falta uma guerra para levar à boca dos telespectadores famintos de notícias. Mas os informadores jamais informam e os comentaristas jamais comentam qualquer coisa que ajude a entender o que está acontecendo. Para tanto, teriam que responder às perguntas mais elementares: quem ganha com esta tragédia?”*¹²

Neste contexto, a História Imediata constitui-se como potencial contraponto à história imposta pela mídia, na medida em que torna possível tornar compreensível o emaranhado de informações que é despejado pela mídia, conferindo racionalidade histórica ao imprevisível e desnaturalizando o naturalizado. Daí evidencia-se a clara implicação política da prática da História Imediata. Embora as decorrências políticas estejam presentes na interpretação histórica de qualquer processo, de qualquer período histórico, transparece de maneira mais evidente na História Imediata, o que é reforçado pelo fato enfrentar a imposição do pensamento único. Neste contexto, qualquer análise que reintroduza a historicidade dos processos sociais e, portanto, do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, é em si própria, um questionamento da ideologia dominante do pensamento único. Assim, a própria opção pela pesquisa em História Imediata corresponde a uma tomada de posição de reflexão e problematização do processo histórico em curso, desnaturalizando as opções políticas e sociais que se mantêm hegemônicas, pois como aponta Enrique Padrós: permite evidenciar *“que a miséria e a exclusão contemporânea não são fatos naturais, isolados ou mesmo conjunturais, são problemas sustentados por mecanismos de exploração que não surgiram ontem. Desta forma, a inserção da análise do presente no campo da História está amplamente vinculada aos projetos sociais e às propostas políticas dos próprios historiadores”*.¹³ Nesse sentido, Padrós avalia que *“A História recente é, por essência, uma História em movimento e exige maior intervenção dos historiadores, elucidando dúvidas, preenchendo lacunas e articulando fragmentos até então desconexos, sem temer a falta de distanciamento temporal sobre os eventos e sem aceitar o falso dilema da neutralidade. Neutralidade é uma coisa, isenção é outra. O historiador não precisa ser neutro (até porque isto já manifesta uma tomada de posição). Ele deve ser, rigorosamente, isento; assumir posições não desqualifica seu trabalho*

*nem sua reflexão, muito menos falseia resultados. Enquanto ciência, a História visa a verdade. Enquanto ser político, o historiador tem o direito de posicionar-se; mais, deve publicitar os valores que norteiam sua linha de pensamento sem afastar-se do rigor científico necessário para atingir seu objetivo maior, que é o elucidamento da verdade que perpassa seu objeto de pesquisa e reflexão”.*¹⁴

História Imediata: Questões metodológicas

A História imediata, na definição que propomos, tem como pressuposto metodológico que a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente. Assim, o “paradoxo” de tentar fazer rimar “História” e “Imediato” não nos parece em nada paradoxal, mas, ao contrário, o reconhecimento do caráter dinâmico da História, a percepção de que o processo histórico continua se desenvolvendo e que seria pouco sensato – além de politicamente irresponsável – pretender deixar passar certo “decorso de tempo” para que os fatos “se transformem em história”.

Ainda assim, é necessário reconhecer alguns problemas e desafios, como a pouca reflexão metodológica sobre fontes históricas sobejamente utilizadas pelos historiadores do imediato, como materiais provenientes da rede mundial dos computadores; a necessidade de maior reflexão sobre a dinâmica dos meios de comunicação,¹⁵ necessidade de conformação de um amplo campo historiográfico de produção, reflexão e crítica acerca da História Imediata; o desafio de desenvolver mecanismos para selecionar os eventos relevantes em meio à gigantesca quantidade de informação que circula diariamente, em sua grande maioria marcada pela superficialidade e irrelevância.

As objeções dos críticos da História Imediata, no entanto, em geral concentram-se em dois aspectos: a) a “neutralidade” do historiador estaria comprometida pela contemporaneidade com objeto; e b) a “inconclusão” dos acontecimentos tornaria demasiado arriscada a análise. Entendemos que a objetividade é resultante dos procedimentos metodológicos adotados pelo historiador, através dos quais deve buscar a maior isenção possível, compreendendo que o distanciamento temporal não garante de forma automática uma análise objetiva. Como aponta Padrós, *Neutralidade é uma coisa, isenção é outra. O historiador não precisa ser neutro (até porque isto já manifesta uma tomada de posição). Ele deve ser, rigorosamente, isento; assumir posições não desqualifica seu trabalho nem sua reflexão, muito menos falseia resultados. Enquanto ser político, o historiador, deixando de lado todo e qualquer dogmatismo, tem todo o direito de posicionar-se; mais, deve publicitar os valores que norteiam sua linha de pensamento sem afastar-se do rigor científico necessário para atingir seu objetivo maior, que é o*

*elucidamento da verdade que perpassa seu objeto de pesquisa e de reflexão.*¹⁶ Quanto à alegada “inconclusão” dos processos contemporâneos, é um desafio que pode tornar rapidamente superadas algumas análises. Mesmo assim, estimula que a reflexão histórica trabalhe com cenários possíveis, conjecturas, perspectivas, e não com a linearidade de um caminho único. Toda análise em “história imediata” é parcial, aproximativa e transitória, mas isto também ocorre em outros campos da social. Assim, é uma história ainda sem fim porque continua em processamento e é passível de transformação uma vez que os seus elementos são características tendenciais e não resultados finais inapeláveis. Nas palavras de Luis Dario Ribeiro, trata-se que *“Uma história ainda sem fim porque continua em processamento e é passível de transformação uma vez que os seus elementos são características tendenciais e não resultados finais inapeláveis. É uma história que corresponde a um período, o nosso, o que estamos vivendo, um período ainda inconcluso. Uma época cujas características são tendências passíveis de modificação por causa de suas contradições”*.¹⁷ Neste sentido, é possível assumir o desafio proposto por Le Goff: *“O que espero dos historiadores da difícil história imediata, inclusive dos jornalistas, que, se fizerem bem seu ofício, são verdadeiros historiadores da história imediata, são quatro atitudes: 1. ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente; 2. manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes; 3. não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar; 4. tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam”*.¹⁸

¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Doutor em História Social.

² CHAVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès & TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Baurú: EDUSC, 1999, p. 16,30 e 27

³ Idem, ibidem, p. 20, 21 e 22

⁴ MARX, Karl. *El diechicho brumario de Luis Bonaparte*. Buenos Aires: Libertador, 2004.

⁵ LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1971*. 2ª edição. São Paulo: Ensaio, 1991.

⁶ REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martin Fontes, 1987.

⁷ Naturalmente não cabe aqui apresentar uma discussão minuciosa acerca do neoliberalismo. Basta mencionar que se constitui como fase do capitalismo marcada expansão sem precedentes do capital financeiro transnacionalizado. Enquanto projeto, o neoliberalismo visou a liberação da economia dos obstáculos sociais, o total controle da economia pelos mercados financeiros, a dinamização da economia através de uma concorrência sem limitações, a superação de qualquer limitação ao livre comércio e concentração da produção em escala mundial, e o estabelecimento de total liberdade de movimentação financeira internacional, o rebaixamento do custo e quebra dos movimentos de trabalhadores, a desregulamentação completa das relações de trabalho, a imposição da estabilidade monetária e do ajuste fiscal na periferia, a efetivação da apropriação privada dos setores estratégicos e serviços até

então estatais, o esvaziamento dos canais de decisão política do Estado e sua transferência para agências financeiras e a redução tendencial dos estados nacionais às funções de manutenção da ordem (polícia, judiciário e fisco). Suas conseqüências sociais mais evidentes são a destruição de todas as garantias sociais básicas (saúde, educação, assistência), a mercantilização dos serviços públicos básicos (água, energia, comunicações), a redefinição do “cidadão” pela sua capacidade de consumo, a produção de desemprego estrutural pela concentração da produção em mega-unidades e a exclusão radical de grande parte da população mundial da cidadania, de direitos e do consumo. Ver a respeito PETRAS, James. *Armadilha neoliberal e alternativas para América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999; e CHESNAIS, François. (coord). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, Xamã, 1998.

⁸ RAMONET, Ignacio. Introdução. In *Pensamiento crítico versus pensamiento único*. Madrid, Le Monde Diplomatique, 1998, p. 15.

⁹ Vale sempre lembrar a famosa caracterização de Marx do processo de globalização no Manifesto Comunista: “*Impulsionada pela necessidade de dar cada vez maior saída a seus produtos, a burguesia recorre o mundo inteiro. Mediante a exploração do mercado mundial, impõe um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países*”.

¹⁰ Idem, *ibid*.

¹¹ GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 215.

¹² Idem, *ibidem*, p. 122.

¹³ PADROS, Enrique Serra. Tempos de barbárie e desmemória. *CONTRAPONOTOS*, op.cit., p. 36

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 35

¹⁵ Conforme aponta Le Goff, “*Os meios de comunicação constituem um novo tipo de fontes muito importante e muito particular, e dão lugar a manipulações inéditas contra as quais a crítica das fontes não está muito estabelecida*”. LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU & TÉTARTD, op. cit., p. 99-100.

¹⁶ PADRÓS, op. cit., p. 35.

¹⁷ RIBEIRO, Luis Dario. Tempos atuais e história imediata. In: *CONTRAPONOTOS*, op. cit., p.186.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU & TÉTARTD, op. cit., p. 99-100